

Síntese da Reunião Técnica do Grupo de Trabalho

Programa Café Seguro

Dia: 21/09/2011

Horário: 14:30h

Local: Cecafé

Presentes:

| | |
|-----------------|----------------------------|
| Bayer – | Rodrigo Utiaque |
| Cecafé – | Guilherme Braga |
| | Alessandra Almeida |
| | Eduardo Heron |
| | Luciana Alves |
| Consultora - | Heloisa Toledo |
| CNA – | Maria Carolina Bazilli |
| Cheminova – | Martim Sartori |
| Cooxupé/CNC – | Mário Ferraz |
| Consagro – | Marcos Avanzi |
| Embrapa – | Paulo César Afonso Júnior |
| Dupont – | Cláudia Nunes |
| | Luiz Braga |
| Lharabras - | Marcia K. Pala |
| Louis Dreyfus - | Olaf Syrdhal |
| MAPA/ SDA - | Arlindo Bonifácio |
| MAPA/Codex - | Ana Carolina Lamy |
| Marubeni - | Carlos Eduardo Correa |
| | Hideki Asakawa |
| Milenia - | João Alegro |
| Mitsui - | Eduardo Saito |
| Nufarm - | Andrea Ferraz |
| Sindag - | Karen Vasconcelos da Costa |
| | Silvia Ligabó |
| Sinon - | Elaine Lopes |
| | Ellen Goes |
| Sumitomo - | Viviane França |
| SKG - | Søren Knudsen |
| Syngenta - | Juliana Prando |
| UFRJ - | Adriana Farah |

Assuntos:

1 – Apresentação pelo Sr. Søren Knudsen, da SKG/Sustainable Solutions - Søren Knudsen fez uma exposição sobre a atual posição das Certificadoras em relação ao tema da sustentabilidade e as suas implicações na questão da produção agrícola sustentável. Apresentou os indicadores auditados pela Certificadoras – manejo integrado, segurança alimentar e rastreabilidade, saúde e segurança operacional, e proteção dos ecossistemas. Esclareceu que a Certificação não é lei, é somente uma ferramenta que audita boas práticas agrícolas por meio de evidência objetiva, agregando valores substanciais ao produto. Destacou que o manejo integrado de pragas e doenças é o principal indicador de conformidade vis-a-vis produtos restritos e, ainda, que o agroquímico é o melhor amigo do produtor desde que utilizado com boas práticas

2 – Relato pela Sr^a Silvia Ligabó, gerente do Sindag, sobre a apresentação da Dr^a Carolyn Harris/UK, em Brasília, referente ao novo Regulamento da EU – Silvia Ligabó, do Sindag, iniciou sua apresentação relatando que o novo Regulamento da EU pretende reduzir ainda mais o número de defensivos agrícolas com permissão para comércio, produção e aplicação na região, o que representa um banimento de 35 a 85% dos defensivos agrícolas disponíveis hoje no mercado europeu (alguns critérios ainda serão definidos até 2014). Destacou que os critérios de corte por rejeição são baseados no “perigo”, desconsiderando os aspectos técnico-científicos e que o banimento destes agroquímicos não se restringe à comercialização, produção e utilização na Europa, mas também aos resíduos de produtos agropecuários exportados para a região. Desta forma, estes produtos também não poderão ser aplicados nos países do Mercosul em produtos exportados para o Bloco Europeu. Afirmou, que a indústria de Defensivos Agrícolas no mundo todo sofrerá prejuízos evidentes deste banimento, que pode ser considerado como uma Barreira Não-Tarifária a produtos agrícolas, principalmente brasileiros e sul-americanos, os maiores exportadores desta classe de produtos à Europa. Além disto, a substituição de produtos para Defesa Agrícola pode não sanar pragas tropicais existentes na região e encarecer o produto final, causando inclusive o risco de desabastecimento e descontinuidade de produção. Por fim, Silvia Ligabó destacou, dentre as principais considerações do setor, o banimento de substâncias que passaram por avaliação de risco bastante criteriosas e restritivas recentemente na UE; a falta de evidências que os critérios de corte trarão mais segurança; o desrespeito ao Acordo Fitossanitário (FAO/WTO) e as regras assinadas multilateralmente na OMC, além de que o critério de corte *cut-off criteria* tornaria a agricultura sustentável e conservacionista muito mais difícil de ser conduzida. Concluindo, solicitou a gestão de todos os presentes no sentido de que o tema seja tratado no âmbito do Mercado Comum para que sejam discutidas alternativas para instituir através da OMC ou do CODEX *Alimentarius* (FAO) limites de tolerância de importação automáticos para os produtos agrícolas oriundos do Mercosul.

3 – Constatação de presença de flutriafol no mercado japonês. Situação dos processos de avaliação técnica junto às autoridades japonesas – Guilherme Braga, do CecaFé, relatou sobre os problemas ocorridos no Japão, relativos ao percentual de flutriafol acima do limite permitido por aquele país. Informou que o Governo Japonês pode suspender a importação a partir da 3^a constatação do produto (flutriafol) acima do limite. Ressaltou a necessidade de promover o aperfeiçoamento do monitoramento, pois em fevereiro/2011 foi verificada uma partida para o Japão com teor acima do limite, sendo que a amostra analisada previamente no Brasil fora aprovada. Dr^a Heloisa Toledo sugeriu reanalisar a amostra. Guilherme Braga informou que já estava providenciando a realização de uma contra-prova em outro laboratório credenciado ao MAPA e destacou que o número de análises negadas de janeiro a agosto/2011 é preocupante, pois no mesmo período de 2010 foram recusadas nos exames 21 amostras, enquanto que 2011 já se alcançou o número de 118 amostras negadas, conforme apresentado nas planilhas que integram as pastas de trabalho.

Em relação a situação dos processo com o dossiê técnico do produto *flutriafol* pelas autoridades japonesas, o Guilherme Braga, do CecaFé, solicitou ao representante da Cheminova que fizesse um relato posicionando os presentes sobre a evolução do assunto. Martim Sartori, da Cheminova, informou que já foi encaminhado ao Governo Japonês o dossiê sobre o produto, sendo que este deverá publicar até dezembro próximo, em audiência pública, relatório sobre o produto, podendo ser definida a situação em março ou abril/2012. A Dr^a Ana Carolina Lamy, do MAPA/Codex, comunicou que a comissão do Japão para análises encontrou pequenas inconsistências no produto e que aguarda o relatório da JMPR para resolver tais problemas. Outro ponto levantado, foi a questão do número de estudos, que exige-se 08 e somente foram apresentados 04 estudos até o momento. Guilherme Braga, do CecaFé, e a Dr^a Ana Carolina Lamy, do MAPA/Codex, elaborarão em conjunto um documento, endereçado a autoridade japonesa, para tratar do assunto em questão.

4 – Relatos sobre os Dias de Campo realizados pelo Cecafo e a Cooxupé. Programação de novas ações. Edição de cartilhas atualizadas – Guilherme Braga, do Cecafo, relatou sobre a realização do Dia de Campo em Muzambinho/MG, promovido em parceria entre o Cecafo e a Cooxupé, que visa orientação sobre o correto uso dos defensivos, em especial daqueles adotados no controle à ferrugem. O evento reuniu cerca de 120 produtores, que participaram de três palestras - Adubação no Café, Programa Café Seguro e Exportação Brasileira e a melhoria da qualidade do café vendido ao exterior. Ressaltou que a programação para o próximo ano será mais intensa e que, em ocasião oportuna, apresentará aos presentes propostas de participação, que além de oferecerem práticas interessantes, possibilitam uma boa visibilidade aos produtores através da colocação de estandes, a exemplo do realizado pelas empresas Syngenta, Bayer, Basf, Massey Ferguson e Makita, no Dia de Campo em Muzambinho/MG.

Quanto a edição atualizada das cartilhas Café Seguro, tendo em vista as solicitações das empresas Consagro e Sinon, e ainda em razão das divergências das posições apresentadas nas discussões que se seguiram, ficou decidido que o Sindag fará uma reunião prévia com seus associados, retornando ao Cecafo no prazo de 20 dias para a finalização da nova edição da cartilha.

5 – Assuntos gerais - Guilherme Braga, do Cecafo, enumerou as diversas ações que vem sendo adotadas em relação ao objetivo do Programa Café Seguro, destacou que esse tema tem sido abordado frequentemente nos Encontros e Seminários da cafeicultura, bem como nas inúmeras ações das quais a Embrapa Café participa.

